

ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

A fase preparatória da contratação, materializada por meio da elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), é fundamental para o adequado planejamento da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021. Nessa etapa, são identificadas as necessidades, analisadas as alternativas disponíveis, estimadas as quantidades e valores, bem como avaliados os principais riscos que podem comprometer a eficiência, a economicidade e a regularidade do futuro processo licitatório.

A presente análise tem por objetivo identificar, classificar e propor medidas de mitigação para os principais riscos associados à fase de planejamento, especialmente aqueles relacionados à elaboração do ETP, de modo a reduzir a probabilidade de falhas que possam impactar negativamente a contratação e sua execução.

Risco Identificado	Descrição	Probabilidade	Impacto	Responsável	Medidas de Mitigação
Levantamento incompleto da necessidade	Falha na identificação integral das demandas das Secretarias	Média	Alto	Administração	Consulta formal às Secretarias e validação das informações
Subdimensionamento ou superdimensionamento da demanda	Estimativa inadequada de quantidades	Média	Alto	Administração	Análise do histórico de manutenção e revisão periódica
Pesquisa de mercado insuficiente	Levantamento de preços e fornecedores não representativos	Baixa	Alto	Administração	Ampliação das fontes de pesquisa e registro documental
Definição inadequada da solução	Escolha de solução que não atenda plenamente às necessidades	Baixa	Alto	Administração	Análise comparativa de alternativas no ETP
Falhas na descrição dos requisitos	Requisitos técnicos incompletos ou imprecisos	Média	Médio	Administração	Revisão técnica do TR e validação com áreas usuárias
Incompatibilidade de entre ETP, TR e PCA	Divergências entre documentos do planejamento	Baixa	Médio	Administração	Conferência cruzada dos documentos
Subestimação de riscos operacionais	Não identificação de riscos relevantes da futura execução	Média	Médio	Administração	Elaboração de matriz de riscos específica
Falhas na fundamentação legal	Ausência ou incorreção de base legal	Baixa	Médio	Administração	Revisão jurídica e observância da Lei 14.133/2021



Prazo insuficiente para planejamento	Elaboração apressada do ETP	Média	Médio	Administração	Planejamento prévio e cronograma interno
Ausência de validação interna	ETP não validado pelas áreas técnicas e administrativas	Baixa	Alto	Administração	Aprovação formal pelas áreas demandantes e gestão

Conclusão

A presente análise evidencia que os principais riscos da fase preparatória estão relacionados à correta identificação da necessidade, à adequada estimativa de quantidades e valores, à definição precisa dos requisitos técnicos e à integração entre os documentos de planejamento (ETP, TR e PCA).

As medidas de mitigação propostas, tais como a validação das informações junto às Secretarias demandantes, a análise do histórico de manutenção, a ampliação da pesquisa de mercado, a revisão técnica e jurídica dos documentos e a conferência cruzada entre os instrumentos de planejamento, contribuem para a redução da probabilidade e do impacto dos riscos, fortalecendo o processo decisório e promovendo maior segurança jurídica, eficiência administrativa e conformidade com a legislação vigente.

Cláudia – MT, 28 de janeiro de 2026.

Responsável pela elaboração:

Maria Aparecida Bueno

Técnico Administrativo/Diretor de Departamento
Sec. Munic. De Administração